

Diogo Ramada Curto

Cultura escrita
(séculos XV a XVIII)



Imprensa
de Ciências
Sociais

Capítulo 11

Notas para uma história do livro em Portugal

O processo de construção da história do livro em Portugal inclui diferentes configurações. As relações que estas mantêm entre si nem sempre correspondem a linhas de continuidade. Pelo contrário, são notórias as rupturas e separações, determinadas pelas oscilações de gosto, os critérios de organização das disciplinas e os quadros mais institucionalizados de organização dos saberes. A dinâmica criada por tais rupturas implica que se evite a concessão de um estatuto excepcional tanto a um qualquer momento fundador de uma filiação genealógica seguida de modo contínuo, como às novíssimas vagas de estudos centrados na história do livro. Ora, no mundo português, desde o final do século xv e inícios de Quinhentos, as funções do livro e dos impressos têm sido diversas e objecto de variadas apreciações. Um dos critérios de ordenação de tais perspectivas encontra-se nas divisões disciplinares. A literatura, a filologia, a história, a etnografia, o ensaio, os estudos bibliográficos, e as práticas de coleccionismo ou de bibliofilia constituem, hoje, as designações mais correntes dos saberes que mais directamente se relacionam com o livro. Será também possível defender que, em Portugal, a história do livro beneficia de três diferentes tradições de pesquisa. A primeira, sem dúvida a mais ancestral, diz respeito aos estudos bibliográficos. A segunda inscreve-se no âmbito da história da literatura e só poderá ser entendida à escala mais geral da Península Ibérica e do império. Por último, há que considerar, entre

as diversas preocupações da história da cultura, os esforços positivistas de publicação de fontes relativas aos agentes e processos que caracterizam a produção, circulação e controlo do livro. Porém, será preciso não esquecer que os mesmos termos e classificações cobrem, apenas, perspectivas recentes que importa relacionar com sistemas classificatórios e formas mais antigas: de organização dos *curricula*; de comunicação entre escritores ou letrados, eruditos ou antiquários; e de autoconsciência ou entendimento do domínio da literatura. Neste capítulo, procurarei demonstrar que uma história do livro e dos seus usos em Portugal terá de ser feita com base neste rico legado, de experiências e configurações variadas, privilegiando as formas de organização e de tomada de consciência das práticas de escrita e do domínio do literário.

Do Cancioneiro geral a Os Lusíadas

O *Cancioneiro geral* compilado por Garcia de Resende (Lisboa, Hermão de Campos, 1516) constitui, sem dúvida, um marco no que respeita ao cruzamento da literatura com os usos da tipografia. Num momento em que o Estado e os poderes recorrem, pela primeira vez, à imprensa de um modo sistemático, um cortesão faz publicar o primeiro elenco de poetas e de composições mais directamente relacionadas com as trocas literárias palacianas. Ora, em Portugal, a publicação de um cancionero é mais excepcional do que na vizinha Castela, para além de exemplificar bem até que ponto os usos da imprensa surgem ligados, no seu primeiro século de existência, à divulgação de conteúdos tradicionais⁶⁰⁸. Resta saber até que ponto o *Cancioneiro* de Garcia de Resende representa um momento de convergência entre formas literárias palacianas e outras de índole popular, como acontece com as recolhas de anedotas de circulação manuscrita, só divulgadas pela imprensa muito tardiamente; ou se, pelo contrário, constitui um facto editorial

⁶⁰⁸ José Augusto Cardoso Bernardes, *História crítica da literatura portuguesa*, ed. de Carlos Reis, vol. II — *Humanismo e Renascimento*, Lisboa, Verbo, 1999, p. 14. Acerca da discussão dos usos da tipografia e da circulação de conteúdos tradicionais, cf. Diogo Ramada Curto, «A visão europeia do mundo em finais do século xv: continuidades, rupturas e resistências», in *Gravura e conhecimento do mundo*, ed. de Joaquim Oliveira Caetano, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1998, pp. 23-50, capítulo 1 deste livro.

inscrito nas reflexões mais gerais da língua literária e da definição do gosto aristocrático e cortesão. Quanto à oportunidade da obra, atente-se no prólogo que refere explicitamente que se trata de uma compilação de coisas de folgar, preparatória da publicação dos grandes feitos dignos de memória, em particular dos que diziam respeito ao império e conquistas ultramarinas.

De facto, uma análise desta mesma configuração do livro e da literatura quinhentista terá necessariamente de incluir um tratamento dos problemas sugeridos pela relação entre literatura e império. Em termos genéricos, será possível falar de um divórcio entre literatura e império, apenas compensado pela circulação europeia de notícias e encómios, com particular destaque para os impressos em latim⁶⁰⁹. A figura do impressor Valentim Fernandes, natural da Morávia na Alemanha e estabelecido em Portugal, com actividade desde pelo menos 1490 até 1518, representa bem a complexidade das relações entre literatura e império: por um lado, foi ele quem publicou em Lisboa, nos inícios de Fevereiro de 1502, um volume contendo a tradução portuguesa de versões latinas de Marco Polo e das viagens de Nicolo dei Conti, bem como de uma carta escrita por Girolamo da Santo Stefano. «Que todos escreveram das Índias, a serviço de Deus, e aviso daqueles que agora vão para as ditas Índias», assim conclui o livro, rogando ainda aos leitores que se dignassem corrigir os vocábulos de todas aquelas partes da Índia e a distância das terras. Neste sentido, a imprensa servia mais uma vez à circulação de conteúdos tradicionais, competindo aos leitores o trabalho de proceder à sua actualização. Por outro lado, o mesmo Valentim Fernandes manteve ligações epistolares com o humanista Conrad Peutinger, o qual era casado com uma filha do grande financeiro Anton Welser, podendo dizer-se que Valentim actuou como tradutor, agente e informador das viagens de Lisboa para a Índia junto dos Welser. Entre os anos de 1505 e 1508, Peutinger recebeu do seu correspondente em Lisboa vários manuscritos que colecionou e a que chamou *De insulis et peregrinationibus lusitanorum*. Assim, Valentim Fernandes pode ser considerado um caso exemplar da diferença existente entre uma cultura impressa e uma cultura manuscrita. Mas o facto de não se ter dedicado à publicação de obras, tanto em vulgar como em latim, relativas à expansão dos

⁶⁰⁹ Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

portugueses no Atlântico ou no Índico nada tem de excepcional, no que respeita a Portugal: até 1550, contam-se apenas quatro títulos nessas condições, a saber, duas epístolas de D. Manuel e, no reinado de D. João III, as obras de Francisco Álvares e Diogo de Teive⁶¹⁰. Os livros por ele publicados dividem-se em obras de carácter religioso ou catequético, de natureza jurídica ou legal, bem como algumas obras de conteúdo histórico ou humanista, sem esquecer o *Reportório dos tempos*. Em suma, o caso de Valentim Fernandes exemplifica bem o facto de o recurso à tipografia ter servido para difundir e reforçar as orientações dos poderes do Estado e da Igreja, prolongando pelo século XVI antigas tendências medievais; e só muito marginalmente a imprensa foi utilizada para a divulgação do trabalho dos humanistas. Quanto à cultura manuscrita, esta é bem exemplificada pelas descrições manuscritas de terras de África e da Ásia de Tomé Pires, Duarte Pacheco Pereira, Duarte Barbosa, e pelos manuscritos ou cartas enviados por Valentim Fernandes para Augsburgo ou Nuremberga. Ora, este sistema de comunicação de informações baseado na circulação de manuscritos contendo notícias sobre as novas terras — tão generalizado na época, que não pode fundamentar nenhuma tese sobre um qualquer secretismo estrategicamente planeado pelas autoridades portuguesas — oferece um dos melhores contextos para compreender as actividades do nosso impressor⁶¹¹.

Será necessário esperar por 1574 para assistir à primeira definição do cânone de escritores portugueses. Num «Diálogo em louvor da língua portuguesa», incluído na obra intitulada *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, Pêro de Magalhães Gândavo elenca os principais escritores portugueses: Sá de Miranda nas comédias e nos versos, João de Barros, autor da *Ásia*, a *Imagem da vida cristã* de frei Heitor Pinto, a prosa de Lourenço de Cáceres, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos e António Pinto, a poesia de Luís de Camões, alvo do mais alto encómio, referida em conjunto com a de Diogo Bernardes e de António Ferreira, para além da *Grammatica* de Barros e da *História da antiga cidade de Évora* de André de Resende. Trata-se de uma lista de

⁶¹⁰ Id., *ibid.*, pp. 64-65.

⁶¹¹ Francisco Maria Esteves Pereira (ed.), *Marco Paulo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922; Donald Lach, *Asia in the making of Europe*, vol. 1 — *The century of discovery*, liv. 1, Chicago, The University of Chicago Press, 1965, pp. 158-161; Luís de Matos, *op. cit.*, pp. 48, 124 e 126.

obras e autores feita por um escritor visando a consagração de um campo. Outras listas existem nos índices de livros proibidos — o primeiro dos quais data de 1551 —, aspirando à definição de uma doutrina e, por isso mesmo, procedendo à censura de livros. No que à tipografia diz respeito, um dos factos que mais se salienta é que nem todos os autores incluídos em tais listas tinham as suas obras publicadas em letra de imprensa. Assim, a circulação manuscrita das obras, como acontecia com Lourenço de Cáceres e António Pinto, não se constituía na época em obstáculo à sua valorização. Mais, a ter em conta a impressionante exclusão de Gil Vicente do mesmo elenco, poderá mesmo dizer-se que a circulação impressa das obras — a qual, no caso de alguns autos vicentinos, alcançara já uma autêntica popularização através do formato dito de cordel — prejudicava a consagração de um dramaturgo cuja carreira vinha dos primórdios de Quinhentos, mas que no terceiro quartel do século era considerado ultrapassado. Enfim, por explicar ficam muitos outros excluídos desta lista, autores de obras em vulgar ou em latim, impressas ou manuscritas: Damião de Góis, António Pinheiro, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, etc.⁶¹²

Literatura e império

Observada a partir da segunda metade do século XVI, a relação entre literatura e império fixa um conjunto de temas com largas repercussões. *Os Lusíadas* (1572) são disso o melhor exemplo. Mas uma sistematização dos temas sugeridos por essa mesma relação deverá começar pela ideia de João de Barros, exposta no prólogo à *Década I da Ásia* (Lisboa, Germão Galharde, 1552). Trata-se da denúncia do desinteresse dos portugueses escreverem sobre os

⁶¹² Diogo Ramada Curto, «Língua e memória», in *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, vol. 3 — *No alvorecer da modernidade*, coord. de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Estampa, 1997, pp. 322-324. De notar que João de Barros, no seu *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, se refere a Gil Vicente, «cómico», enquanto modelo de uso da linguagem «honesta e casta», «em qualquer género de escritura», em contraste com o que acontecia na *Celestina* de Francisco de Rojas; cf. Luciano Pereira da Silva, «O diálogo em louvor da nossa linguagem de João de Barros», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 4, 1917, pp. 122-139, *maxime* p. 132.

seus próprios feitos, a qual acabou por ser integrada nas visões do atraso e da decadência portuguesa reproduzidas por viajantes e autores estrangeiros. Porém, a constatação de um tal desinteresse vai a par do reconhecimento de um permanente esforço feito pelos autores portugueses relativamente ao conhecimento das sociedades com as quais os mesmos entraram em contacto. Foi, aliás, Charles R. Boxer quem chamou a atenção para as obras dos três principais historiadores portugueses do Oriente — João de Barros (1496-1570), Diogo do Couto (1542/3-1616), e António Bocarro (1594-1649?) — serem pioneiras do trabalho dos orientistas, no sentido de proporcionarem uma grande riqueza de informações sobre as sociedades da Ásia e da costa oriental de África⁶¹³. Para provar o valor orientalista de tais obras, Boxer recorre aos critérios: espacial, presencial, linguístico e documental. O primeiro é, sem dúvida, o mais importante no sentido de revelar a presença de uma teoria do conhecimento mais realista do que reflexiva, quanto às categorias e classificações utilizadas. Concretamente, Boxer procurou avaliar de que modo cada obra continha informações, o mais verdadeiras possível, sobre as diferentes regiões da Ásia. Barros, por exemplo, é analisado segundo a sua admiração e capacidade para «recolher as informações mais fidedignas sobre a China»⁶¹⁴. As suas informações sobre a Malásia são consideradas inferiores às do seu contemporâneo Fernão Lopes de Castanheda. Porém, a justa dimensão dos seus conhecimentos sobre a Ásia só poderia ser correctamente avaliada na presença da sua *Geografia*, cujo manuscrito se perdeu (tal como aconteceu com o tratado sobre o comércio interasiático de Couto)⁶¹⁵. A profundidade da informação sobre Ceilão, seus usos e costumes, na obra de Couto valeu-lhe o facto de ter sido plagiado, mais de um século depois, por François Valentyn (*Oud en Nieuw Oost-Indien*, Dordrecht, 1723). Interessante é também reparar o modo como Boxer valoriza em Couto a sua percepção de Malaca como entreposto comercial e a sua subsequente islamização em finais do século XIV, portanto num período anterior à chegada dos portugueses. Quanto a Bocarro, o destaque vai para

⁶¹³ Cf. capítulo 4 deste livro.

⁶¹⁴ Mais tarde, Boxer retoma mais extensivamente as análises de Barros sobre a China; cf. C. R. Boxer, *João de Barros: portuguese humanist and historian of Asia*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981, pp. 106-108.

⁶¹⁵ Sobre a *Geografia* de Barros, cf. António Alberto Banha de Andrade, *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de Quinhentos*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980, pp. 174-175.

a sua «descrição exaustiva» da região do rio Zambese, bem como para a ênfase dada a Macau. Toda esta riqueza de informações sobre a Ásia, culminando no *Livro do Estado da Índia Oriental* (1635) de Bocarro, fazem parte de uma série iniciada pelos já referidos tratados geográficos e comerciais de Tomé Pires e Duarte Barbosa, à qual pertencem também as investigações científicas de Garcia de Orta.

Além do realismo e do valor informativo atribuído às descrições de cada espaço, feitas pelos historiadores portugueses, Boxer menciona as fontes por eles utilizadas. A este respeito, a presença no terreno surge como um dos principais critérios seguidos. Donde, a atenção concedida pelo autor às viagens empreendidas pelos historiadores que analisa: Barros, embora não se tenha ausentado constantemente de Portugal, viajou e permaneceu brevemente em S. Jorge da Mina; Couto, residente em Goa, nunca passou o Cabo de Comorim; e Bocarro terá residido em Cochim e em Goa. Um sinal do valor atribuído pelo autor à presença nos locais sobre os quais se escreve encontra-se no modo de avaliar a descrição que Barros oferece da Malásia, a qual é considerada «nalguns aspectos inferior à do seu contemporâneo e rival, Fernão Lopes de Castanheda, o qual de facto visitou Malaca e as Molucas». Mas o critério denominado presencial também pôde ser analisado com base na proveniência dos informadores. É o que acontece, por exemplo, com as informações de que Barros dispôs sobre o Sião, obtidas de um português que lá vivera como escravo e que servirá como soldado durante 25 anos. Boxer faz, também, notar que nem Barros, nem Couto entendiam línguas asiáticas, o que ambos procuraram suprir recorrendo ao trabalho de «tradutores qualificados»⁶¹⁶. Barros, por exemplo, recorreu aos conhecimentos de um escravo chinês, enquanto Couto se serviu de vários tipos de agentes, no seu cuidadoso trabalho de interpretação e descrição das sociedades asiáticas⁶¹⁷.

⁶¹⁶ Sobre os limites dos conhecimentos linguísticos de Couto e a sua utilização de tradutores, cf. Luís Filipe Thomaz, «Línguas de mouros e gentios» e «As origens dos mogores (mogóis): confronto da lição de Couto com as fontes em língua persa», in Diogo do Couto, *Década quarta da Ásia*, ed. de M. A. Lima Cruz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Oriente, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, vol. II, pp. 105-107 e 111-114.

⁶¹⁷ Sanjay Subrahmanyam chamou a atenção para os erros de Couto no que respeita à história da Índia, ao mesmo tempo que sugeriu a sua utilização de conceitos tirados da historiografia islâmica, bem como o registo que faz de factos de que se perdeu a memória, «Invasões do Guzerate», «Os timúridas», «A guerra

Por último, será de considerar a recolha, coleccionismo e estudo de manuscritos, empreendidos pelos historiadores portugueses, como uma das facetas demonstrativas do seu orientalismo⁶¹⁸. Entre os muitos exemplos, o destaque vai para o facto de Couto ter conseguido associar a história de Barlaão e Josafat, lenda áurea do cristianismo medieval, à vida de Buda (*Década V*, liv. VI, cap. II)⁶¹⁹. Igualmente, no globo possuído por Couto — hoje, perdido — seria possível encontrar as informações fornecidas por cartógrafos japoneses misturadas com conhecimentos europeus.

Mas as relações entre literatura e império não se reduzem ao trabalho dos historiadores do Oriente. Uma análise da produção tipográfica de Goa entre 1556 e 1674 permitirá estabelecer outros nexos entre a história do livro, da literatura e do império⁶²⁰. Claro que as questões colocadas pela imprensa em Goa não diferem em geral das que podem ser aplicadas a outras cidades coloniais, mas todas elas se encontram relacionadas com a dificuldade de reconstituirmos actualmente o próprio movimento tipográfico, dadas as condições precárias de conservação e, na maior parte dos casos, o desaparecimento da totalidade dos exemplares, bem como da documentação relativa à publicação dos livros⁶²¹. Para além desta

entre mogores e patanes», in Diogo do Couto, *Década quarta da Ásia*, vol. II, pp. 24-25, 136-137 e 139-140. Por sua vez, L. F. Thomaz avaliou o sentido da utilização das crónicas persas por parte de Couto, bem como as suas contradições, «As origens dos mogores (mogóis): confronto da lição de Couto com as fontes em língua persa», in *idem*, vol. II, pp. 111-114.

⁶¹⁸ Um inventário completo dos livros e manuscritos asiáticos utilizados por Barros encontra-se em C. R. Boxer, *João de Barros: portuguese humanist and historian of Asia*, op. cit., p. 119.

⁶¹⁹ *Vida do honrado infante Josaphate filho del rey Avenir*, versão de frei Hilário da Lourinhã e a identificação por Diogo do Couto (1542-1616) de Josaphate com Buda, int. e notas por Margarida Corrêa de Lacerda, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.

⁶²⁰ Charles R. Boxer, «A tentative check-list of Indo-Portuguese imprints, 1556-1674», in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, 73, 1956, pp. 19-41. Uma versão revista e aumentada deste artigo foi reeditada com o título «A tentative check-list of Indo-Portuguese imprints», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IX, 1975, pp. 567-599. Cf., a título de exemplo, de outros impressos não incluídos na listagem de Boxer: *Petição que a cidade de Goa fez ao conde de Linhares visorrey da Índia, contra o seu bispo governador, de quẽ se aggrauão sem cauza, & contra as freiras de S. Monica suas subditas...* (Goa, 15 de Janeiro de 1635), Historical Archives of Goa, livro 25, *Monções*, liv. 19-D, fls. 1303-1305v.

⁶²¹ Repare-se, no caso do México, com imprensa desde, pelo menos, 1539: em 1866, HARRISSE considerava que o número de obras impressas ao longo do século XVI não excedia a centena, ora em 1912 José Toribio Medina já situava o mesmo

questão, os principais problemas dizem respeito à necessidade de compreender a concentração em obras de carácter catequético, numa estreita relação com o trabalho missionário, e aos hiatos determinados porventura pela falta de papel, escasso e difícil de obter⁶²². Os cerca de 40 impressos conhecidos confirmam, na sua maior parte, a relação entre os métodos missionários dos jesuítas e o seu recurso aos prelos tipográficos para efeitos de divulgação das suas mensagens, sobretudo em Goa. Mas as interpretações possíveis desta série de cerca de 40 títulos terão de procurar responder antes de mais a três tipos de problemas, a saber, será necessário perceber os tempos de maior intensidade que esta mesma série revela, explicar alguns dos seus hiatos, e ainda determinar as razões do seu desaparecimento. Assim, as décadas de 1560 (até 1573, com a publicação do *Desengano de perdidos* de frei Gaspar de Leão) e de 1640 explicam-se, respectivamente, devido à intensificação do trabalho do arcebispado (em resposta aos usos iniciais da tipografia por parte dos jesuítas) e a uma conjuntura de multiplicação geral dos discursos políticos (que se segue à Restauração e à busca generalizada de diferentes tipos de legitimidade). No primeiro momento de intensidade exemplar (década de 1560), para além do lugar à parte ocupado pelos *Coloquios* (Goa, 1563) de Garcia da Orta e das obras de Gaspar de Leão, haverá que explicar à luz de outros padrões de comparação o lugar ocupado por *O primeiro concílio provincial celebrado em Goa, no anno de 1567* (Goa, 1568)⁶²³. Por

número muito próximo do dobro; cf. deste último, *La imprenta en México (1539-1821)*, t. I, Santiago do Chile, 1912, pp. VIII-IX.

⁶²² Sobre a questão da falta de papel como forma de explicar os interregnos na produção tipográfica, cf. Toribio Medina, *ibidem*, t. I, p. LXVIII.

⁶²³ Um interessante e anterior padrão de comparação encontra-se nas *Constituciones del arçobispado y provincia dela muy ynsigne y muy leal ciudad de Tenuxtitlã Mexico de la Nueva España*, México, Juan Pablos, 1556. Cf. Toribio Medina, *La imprenta en México (1539-1821)*, t. I, pp. 80-88): cap. IV — «Que se hagan doctrinas para los indios — Evitarse debria toda variedad, que puede traer confusión en la doctrina y enseñamineto de los indios, y porque hasta aqui ha habido diversidad en el modo de enseñar, y en las *Doctrinas* y *Cartillas* por donde los indios han sido y son enseñados; por ende, *Santo approbante Concilio*, ordenamos y mandamos que se ordenen dos Doctrinas, la una breve y sin glosa [...] y se traduzgan en muchas lenguas y se impriman; y los intérpretes religiosos y clérigos deben instruir y doctrinar los indios en las cosas más necesarias á su salvación, y dejar los Misterios y cosas arduas de nuestra santa fe, que ellos no podran entender ni alcanzar, ni de ello tienen necesidad de agora». Cap. LXXIX: «[...] ninguna doctrina se traduzca en lengua de indios, sin que primero pase por la censura y examen de personas religiosas y eclesiásticas que entiendan la lengua en que se traduce, y

sua vez, o hiato que se regista na produção, ou melhor no conhecimento de livros impressos, muito em particular em Goa, no período que decorre entre 1588 e 1616, corresponde precisamente a uma deslocação do centro dos interesses missionários para o Extremo Oriente, nomeadamente para o Japão; este intervalo deverá, por isso, ser relacionado com a introdução da imprensa europeia no Japão.

De facto, a introdução da imprensa no Japão constituiu-se como um dos mais poderosos instrumentos da política de missão. Segundo o padre Cooper, desde a primeira visita de Valignano ao Japão, começou-se a pensar na utilidade da imprensa posta ao serviço das necessidades dos estudantes⁶²⁴. Em 1587, um padre italiano, que acompanhava a embaixada japonesa de regresso da Europa, aprendeu com um jesuíta português a arte da impressão, durante uma estadia em Goa. A imprensa e os caracteres tinham sido importados da Europa, e Valignano utilizou-a, logo quando esta chegou a Macau, na impressão de dois livros para a aprendizagem do latim e do japonês. Em 1588, foi publicado o primeiro livro impresso em caracteres móveis em Macau, intitulado *Christiani pueri institutio*, do padre Juan Bonifácio; dois anos depois, saiu à luz uma relação em latim da embaixada japonesa à Europa; e há notícia de que ainda um outro livro terá sido publicado⁶²⁵. Em 1584, um outro jesuíta, o italiano padre Miguel Ruggieri, fizera imprimir em Macau ou em Cantão, segundo um processo xilográfico, um catecismo em caracteres chineses⁶²⁶. Depois da sua chegada ao Japão em 1590 e até ao seu regresso a Macau em 1614, o prelo esteve activo de 1591 a 1611, em Amacusa, Katsusa e, sobretudo, em Nagasáqui. Dele saíram mais de 80 livros, tais como uma tradução japonesa de Esopo, versões abreviadas dos clássicos japoneses, traduções parciais de frei Luís de Granada e da *Imitatio*

no se confie la tal traducción de solos los indios, ó españoles intérpretes, porque de lo contrario se tiene entendido que puede haber grandes peligros y errores en los Misterios de la Fe y en la doctrina moral y evangélica».

⁶²⁴ Michael Cooper, *Rodrigues the interpreter. An early jesuit in Japan and China*, Nova Iorque, Tóquio, Weatherhill, 1994; 1.ª ed., 1974.

⁶²⁵ J. M. Braga, «The beginnings of printing at Macao», in *Studia*, vol. 12, Julho de 1963, pp. 29-137, *maxime* pp. 34-35.

⁶²⁶ Manuel Cadafaz de Matos, «A produção tipográfica da Companhia de Jesus no Oriente entre os séculos XVI e XVII», in *Congresso Internacional de História da Missão Portuguesa e Encontro de Culturas*, Actas, vol. II — *África Oriental, Oriente e Brasil*, Braga, 1993, pp. 410-411.

Christi de Tomás Kempis⁶²⁷. Várias foram as obras de linguística publicadas. Em 1594, saiu à luz uma versão abreviada e adaptada para uso no Japão do padre Manuel Álvares, *De institutione grammatica*. Valignano esteve também ligado à preparação de um dicionário japonês, que foi publicado em Amacusa, em 1595: *Dictionarium latino lusitanicum, ac iaponicum ex Ambrosii Calepini volumine de promptum*⁶²⁸. Em 1603-1604, foi igualmente publicado um *Vocabulario da lingua de Iapam*, o qual terá contado com a colaboração do padre João Rodrigues⁶²⁹. Nessa altura, já a reputação deste jesuíta se encontrava bem firmada como intérprete na corte, tendo assistido em Nagasáqui à impressão da sua *Arte de lingua de Iapam*, iniciada em 1604 e terminada só em 1608. No essencial, tratava-se de adaptar à língua japonesa os princípios da gramática latina e de utilizar o português e o latim como base para a transcrição do japonês nos caracteres de que dispunha; é na segunda parte que Rodrigues mais se afasta dos princípios do padre Álvares e se apresenta mais original, nos conselhos que dá aos missionários recém-chegados ao Japão e interessados em aprender o japonês; é também aí que anota algumas das variações linguísticas do Japão e, ainda, alguns princípios da poesia japonesa. Foram razões de ordem económica que estiveram na origem da demora na publicação da obra, pois como indica o padre Valignano, numa carta escrita em 1603 de Macau, era necessário fazer economias fechando o colégio e parando com os trabalhos de impressão⁶³⁰. Uma versão mais abreviada e profundamente revista da mesma *Arte* foi publicada em 1620, quando Rodrigues já se encontrava em Macau⁶³¹.

Quanto ao desaparecimento da imprensa de Goa, desde finais do século XVII, o mais importante será começar por relacioná-lo com

⁶²⁷ J. M. Braga, «The beginnings of printing at Macao», in *op. cit.*, p. 36.

⁶²⁸ David Lopes, *Expansão da língua portuguesa no Oriente*, 2.ª ed., int. e notas de Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 140-146; Johannes Laures, S. J., *Kirishitan Bunko: a manual of books and documents on the early christian missions in Japan with special reference to the principal libraries in Japan and more particularly to the collection at Sophia University, Tokyo*, Tóquio, Sophia University, 1940, p. 25.

⁶²⁹ Johannes Laures, S. J., *op. cit.*, pp. 40-42; Michael Cooper, *Rodrigues the interpreter...*, *op. cit.*, p. 223.

⁶³⁰ Cooper, *ibidem*, p. 224.

⁶³¹ Boxer, «Padre João Rodrigues Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620», in *Miscelânea de filologia, literatura e história cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919)*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1950, pp. 338-363.

os circuitos editoriais controlados pela Companhia de Comércio Holandesa a partir de Batávia. Como é sabido, foram publicadas nesta última cidade obras em língua portuguesa, as quais suscitaram respostas fugazes a partir de outros circuitos, como aconteceu com o livro em português de frei Juan Baptista Morelli de Castelnuovo, *Luzeiro evangelico que mostra à todos os christãos das Indias orientais o caminho unico, seguro, & certo da recta fê, para chegarem ao porto da salvação eterna... A devoção do sargento-maior D. Francisco de Olavide, morador de Manilla. Escrita em S. Thome cidade da India Oriental. Anno 1708* (México, 1710). O autor pertencia à província franciscana de Roma e era missionário da *Propaganda fide*, o seu livro destinava-se a combater as doutrinas luteranas e calvinistas que se difundiam em livros publicados em português⁶³². Enfim, desde o século xviii até 1821, as resistências e proibições governamentais à reabertura da imprensa em Goa explicam-se, pelo menos a partir de meados do século, por intenções antijesuíticas⁶³³.

Existem, claro está, muitas outras relações pertinentes entre literatura e império. O poema épico de Luís de Camões, impresso em 1572 e, desde então, alvo de diferentes apropriações — como o demonstrou Eugenio Asensio, tanto para o caso da emergência de uma moda de publicação de poemas épicos, como de traduções castelhanas do mesmo — exemplifica bem o impacto da leitura dos romances de cavalaria. O episódio dos Doze de Inglaterra, do gigante Adamastor, ou da Ilha Encantada do Amor são disso a melhor prova⁶³⁴. Tal como aconteceu na tomada de consciência do Novo Mundo ou em parte na reprodução dos valores sociais favorecida pela expansão imperial, a literatura serve-se do imaginário dos romances de cavalaria, celebrando-o como se se tratasse de um ideal arcaico a preservar⁶³⁵. Mas será de considerar que Camões se

⁶³² Quanto ao impressor, Toribio Medina, *La imprenta en México (1539-1821)*, t. 1, p. cvlxx, considera que é de duvidar se foi impresso por Diego Fernández de León, pelos herdeiros de Francisco Rodriguez Lupercio, por Francisco de Ribera Calderón, pela viúva de Miguel de Ribera Calderón ou pelos herdeiros de Guillena Carrasco. Cf. ainda *idem*, *op. cit.*, t. III, Santiago do Chile, 1908, pp. 422-423.

⁶³³ Anant Kakba Priolkar, *The printing press in India*, int. de Shri Chintaman D. Deshmukh, Bombaim, Marathi Samshodhana Mandala, 1958, p. 26.

⁶³⁴ Richard Helgerson, *Forms of nationhood: the Elizabethan writing of England*, Chicago, Chicago University Press, 1992, p. 160.

⁶³⁵ Howard Mumford Jones, *O strange New World. American culture: the formative years*, 2.^a ed., Nova Iorque, The Viking Press, 1968, pp. 20-27; Irving A. Leonard, *Books of the brave: being an account of books and of men in the Spanish conquest and settlement of the sixteenth-century New World*, ed. de Rolena Adorno,

inspira fundamentalmente dos poemas épicos da Antiguidade Clássica, recriando episódios já anteriormente narrados nas histórias de Barros e de Góis. O episódio do Adamastor também poderá ser interpretado nesta perspectiva, revelando o Canto V a fortíssima consciência que o poeta tinha simultaneamente da épica imperial e da sua crítica ou, pelo menos, das resistências encontradas no encontro com outras civilizações⁶³⁶. São, aliás, as diversas formas literárias de crítica ao império que se constituem num dos temas mais persistentes da cultura portuguesa na sua dimensão imperial e colonialista. Generalização que vale para compreender a produção satírica de Fernão Mendes Pinto a Gregório de Matos, as críticas às políticas imperiais do padre António Vieira, e as denúncias moralistas dos relatos de naufrágio, publicados desde meados do século xvi e compilados por Bernardo Gomes de Brito, no início do século xviii.

Todos estes livros e textos considerados literários pertencem, por sua vez, a um domínio mais vasto de práticas de escrita. Ao longo do século xvi, mas sobretudo em finais da centúria e inícios de Seiscentos, será possível apreciar uma multiplicação de modelos e instrumentos de comunicação, determinada por um alargamento das competências de acesso à escrita. A centralidade das peças de oratória de inícios de Quinhentos, directamente inspiradas em modelos latinos, como acontecia com as orações de obediência ao papa, dá lugar: a um conjunto muito variado de instruções para o comportamento dos governadores nobres; às narrativas de feitos e serviços que constam dos pedidos de mercês, as quais mantêm uma forte relação com as sistematizações genealógicas e as lógicas familiares ou de linhagem de valorização dos antepassados; aos diversos modelos de correspondência, criadores de um excesso de informação (nomeadamente sobre a situação dos «réis vizinhos»); e, finalmente, à multiplicação de uma literatura de conselhos e arbitrios, que Fernand Braudel relacionava para o caso português com

Berkeley, California: University Press, 1992. Para Portugal, cf. Isabel Almeida, *Livros portugueses de cavalarias: do Renascimento ao Maneirismo*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998, dissertação de doutoramento. Cf., igualmente, a síntese de Fernanda Olival, «Entre o Norte de África, o Oriente e o reino», in *Outro mundo novo vimos*, coord. de Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 193-201.

⁶³⁶ David Quint, *Epic and empire: politics and generic form from Virgil to Milton*, Princeton, Princeton University Press, 1993, pp. 99-125.

os relatos de naufrágio⁶³⁷. O estabelecimento de uma tipologia do conjunto de práticas de escrita que se relacionam com o império terá, ainda, de considerar os diversos conflitos de interpretação, debates e polémicas que caracterizam simultaneamente a história e a historiografia imperial. Não se trata, aqui, simplesmente de recordar as imagens de polémica que opuseram Las Casas a João de Barros, a respeito dos actos de violência perpetrados por portugueses caçadores de escravos, nem tão-pouco de seguir a construção das imagens de uma lenda negra fomentada por descrições, histórias, tratados jurídicos e relatos de viagens (Linschoten, Grotius, Dellon, etc.). Os conflitos existentes entre diferentes instâncias interessadas em fixar a memória do império encontram-se bem testemunhados nas lutas registadas entre ordens religiosas.

Das academias de Évora às academias setecentistas

Os *Discursos varios politicos* (Évora, Manuel de Carvalho, 1624) do chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, assinalam uma nova configuração no que respeita às relações da literatura com o livro impresso. Ao incluir as biografias de João de Barros, Luís de Camões e Diogo do Couto, acompanhadas dos respectivos retratos em fina gravura de cobre, reconhece-se a figura do autor e estabelece-se de novo um cânone das letras portuguesas que privilegia os discursos sobre o império. Através da biografia de Camões, fixam-se também os traços de uma heroicidade que passa pelas misérias em vida e a consagração depois da morte, a qual fica demonstrada pela referência concreta ao número de edições e à sua tiragem. Paralelamente, as actividades do chantre de Évora afiguram-se cruciais na construção de uma rede de homens de letras e na dinamização da vida académica eborense. De facto, a sua biblioteca, consultada por muitos, ocupa o centro de um circuito de comunicação e de relações epistolares à escala planetária. Severim exemplifica bem até que ponto se intensifica, ao longo da primeira metade de Seiscentos, um gosto pelo livro e pela leitura em paralelo com

⁶³⁷ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 5.^a ed., t. 2, Paris, Armand Colin, 1982, p. 46.

a emergência de uma nova configuração do campo literário. Que este entendimento do literário é suscitado pela esfera do político e pela criação de novas formas de distinção social parece ser uma evidência, cuja compreensão necessita de ser vista em função das distâncias criadas relativamente a outras esferas que tinham aspirado à monopolização dos saberes e das formas literárias, a saber: o convento ou o mosteiro, a corte e a universidade. Enquanto instrumento e concretização desta República das Letras, surgem, em Portugal e por toda a Península, os primeiros ensaios destinados a elaborar bibliografias nacionais e imperiais, exacerbam-se por via de livros e panfletos as polémicas entre autores e procede-se à dramatização das mesmas, como acontece num exemplo tardio mas bem interessante como é o *Hospital das letras* de D. Francisco Manuel de Melo.

A figura do chantre de Évora, sobrinho de D. Baltasar de Faria Severim, também ele chantre na mesma cidade e recolhido tarde na sua vida ao convento da Cartuxa, representa bem a diversidade dos círculos literários de Seiscentos. Pese embora a influência das cortes — situadas em Madrid, Roma, Paris ou Lisboa —, será possível detectar a vitalidade dos círculos localizados em cidades menos importantes e consideradas de província. A alimentar esta vida cultural encontram-se, antes de mais, os grupos de licenciados saídos de colégios e universidades em número crescente. Correspondendo a este processo, os jesuítas viram-se mesmo obrigados a sair em defesa da criação de colégios, numa altura em que a educação era tida como desestabilizadora de uma ordem de reprodução social que muitos pretendiam estática⁶³⁸. Era esta a ideia dos Severins, porventura receosos dos comportamentos de intelectuais mal enquadrados pelas instâncias tradicionais, e por isso mesmo favorecedores de ideias sediciosas ou heterodoxas. Contudo, será igualmente necessário pensar de que modo uma sociedade, onde se faz sentir o efeito de um grupo crescente de letrados, desenvolve dispositivos para a sua integração, mais ou menos ortodoxa, a partir de organizações sociais mais ou menos institucionalizadas. Igualmente, o estabelecimento de um cânone de autores, tal como o de modelos de aprendizagem ou de expressão literária capazes de reprodução oferecem evidentes exemplos de tais dispositivos. O referido elenco criado pelas biografias de Barros, Camões e

⁶³⁸ *Informacion en la causa de los estudios de Portugal*, Madrid, 1611.

Couto ilustra uma das modalidades concretas dos mesmos, mas nem por sombras a valorização da literatura mais tarde considerada nacional e imperial — a qual encontra as condições para a sua divulgação a partir de suportes impressos — esgota o domínio do literário.

Vicente Nogueira, letrado, cónego e homossexual perseguido pela Inquisição e não só, pertenceu a uma rede europeia de antiquários, bibliófilos e eruditos. São conhecidas as suas trocas epistolares em França com De Thou, Dupuy e Peiresc, os seus serviços e participação nos círculos do cardeal Sachetti em Bolonha e do cardeal Barberini em Roma, bem como o seu papel de intermediário no enriquecimento das bibliotecas de D. João IV e do marquês de Niza⁶³⁹. Um testemunho autobiográfico, enviado de Lisboa em 1615 a De Thou, revela a vitalidade de um modelo de educação humanista bem entrado o século xvii:

«Mis padres y abuelos fueron unos de Castilla, otros de Portugal, adonde fixó rayzes esta familia de los Nogueyras. Mi padre, chefe de ella, fue persona de raras letras y santidad, que le subieron al Consejo de Estado de Portugal, que assiste á la persona del Rey, en el año de 1598, y allí murio en 1612. Nacy en 1586, y de doze años supe bien latin, edad en la qual me tomó S. Md. por moço-fidalgo suyo, que es la insignia de la primera classe de la nobleza. Los inviernos cursava en las universidades de Alcalá, Valladolid, Salamanca, y los veranos en el palacio, no intermetiendo con el curso de la Corte los estudios, antes aumentandolos con el trato y familiaridad de aquellos grandes ministros, que me admitian, siendo tan moço, á sus platicas mayores, pronosticandome grandes suficiencias y fabricandose grandes esperanças de my talento. Eran estos el Condestable, mi señor (que me honrava por pariente con honras publicas y en actos regios), el conde de Miranda, el de Chinchon, D. Bernardino de Mendoza, el duque de Feria. Con esta aprobacion, llegando á veinte y cinco años, me hizo Su Md. su consejero en la Suplicacion, despacho que, si bien grandissimo y en que nadie ha entrado con menos de 30 años, que aun oy no tengo, me cortó el hilo á medras y lugares muy aventajados, que yo

⁶³⁹ Alfred Morel-Fatio, *Vicente Nogueira et son discours sur la langue et les auteurs d'Espagne*, sep. de *Zeitschrift für Romanische Philologie*, t. III, Halle, Max Niemeyer, 1879; Gallardo, *Ensayo*, vol. II, p. 1071, n.º 2232; A. J. Lopes da Silva (ed.), *Cartas de D. Vicente Nogueira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925; Manuel Lopes de Almeida, «D. Vicente Nogueira e o historiador De Thou», in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, vol. I, 1955, pp. 3-12; I. S. Révah, «D. Vicente Nogueira et la synagoge de Rome», in *idem*, vol. I, 1955, pp. 235-238; Phillip Wolfe (ed.), *Lettres de Gabriel Naudé à Jacques Dupuy (1632-1635)*, Edmonton, Lealta, Alta Press, 1982, pp. 44 e 46.

verisimilmente alcançara, á no entrar por estos officios literarios, con que van adelante los mas antiguos. Despues de oida philosophia, me gradué en canones y leyes, siempre me di con tanta curiosidad á las letras humanas que para solo la lengua griega truxo de Roma à Constantino Sophia Smirnes, doctor en theologia y colegial del Colegio Griego, y le tuve en mi casa cinco años, en los quales passamos quasi todos lo auctores con un profundo estudio y algunos de la primera letra hasta la ultima, Homero, Herodoto, Platone, Thucydides, etc. La hebreá sé con la misma suificiencia que la materna. La chaldeá y arabica medianamente. Italiana y francesa bien, menos bien la thudesca. De história es increíble quanto he leydo de generales, particulares, chronicas, geographias, etc. En las mathematicas hago estudio firmado, siendo bien instruido en ellas, sacando la theoria de la musica. Y lo que mas procuro es la algebra, en la qual todo lo he maneado, salvo las obras de Vieta, trayendo un excelentissimo maestro de ella de Marruecos, corte del Xarrife, adonde la enseñava por un modo arábigo avantajado al nuestro. Y para me dar con más quietud á las letras, me hizo clerigo, haviendo alcanzado beneficios y pensiones con que filosofar. La mayor falta que siento es no haver peregrinado, pero alcanzando licencia que tengo pedida, me tendra V. S. en su museo á aprender y oyer de esse oraculo de prudencia, mas benemerito á que vayan de España á buscarle que a Tito Livio⁶⁴⁰.

De facto, o registo autobiográfico de Vicente Nogueira aponta para um modelo idealizado que combina a frequência da universidade com a da corte, a protecção mecenática das casas nobres com o ensino em casa baseado em professores privados, o ócio idealizado dos clérigos nos conventos (por oposição à participação na vida pública dos tribunais) com a comunicação a uma escala europeia no interior de uma *Respublica literarum*. Num panorama onde nem sequer assume relevância a questão do bilinguismo português-castelhano, o mesmo modelo sugere igualmente uma forte valorização da aprendizagem das línguas grega e latina, a par do hebraico, caldeu e árabe, sem esquecer outras línguas vernáculas. A leitura dos clássicos, nomeadamente a sua interpretação feita a partir do original grego — ou, entenda-se, latino —, pertence a este mesmo modelo, que remonta aos círculos florentinos do Renascimento, nos quais se combinava a leitura dos clássicos com o exercício da matemática⁶⁴¹. As fontes de inspiração e de conhecimento, da

⁶⁴⁰ Morel-Fatio, *op. cit.*, pp. 7-8.

⁶⁴¹ A *Encyclopédie* ainda considerava o latim «la langue commune de tous les savans de l'Europe»; cf. Françoise Waquet, *Le latin ou l'empire d'un signe xvf-xx^e siècle*, Paris, Albin Michel, 1998, p. 101.

Antiguidade a Bizâncio, de Marrocos às trocas no interior de uma *Respublica literarum*, são outro aspecto do mesmo modelo. O facto de o próprio Vicente Nogueira, bibliófilo refinado, se ter negado à publicação de livros e a uma participação directa no circuito de comunicação do livro impresso — a não ser quando lhe eram dedicadas obras, ou quando as comentava com a sua autoridade de sábio — sugere até que ponto o modelo de educação proposto, em conjunto com as práticas de escrita de circulação manuscrita propiciavam formas de distinção social. O que equivale a querer saber se este mesmo modelo se encontrava no centro de uma hierarquia de «ofícios literários» e de formas de «filosofar» (para utilizar as próprias expressões sublinhadas no texto citado no parágrafo anterior). Neste sentido, sem querer postular à partida quais os níveis culturais e as respectivas inscrições sociais da sociedade da primeira metade de Seiscentos, parece evidente que o modelo educativo e as práticas culturais representadas por Vicente Nogueira se distinguem das existentes no círculo eborense dos Severins, apostado na valorização de uma literatura nacional (apesar de em ambos os casos se detectar um interesse pelas antiguidades e pelo colecionismo de livros e manuscritos)⁶⁴². De qualquer forma, os modelos e as práticas culturais detectados em tais círculos diferenciam-se em bloco dos representados pela leitura intensiva, mesmo quando esta se encontra ligada a apropriações inventivas de romances de cavalaria ou de manuais catequéticos⁶⁴³.

A difícil história das «engrenagens polémicas», na feliz expressão de Christian Jouhaud, e dos respectivos surtos panfletários constitui outro dos aspectos de uma primeira metade de Seiscentos em que se multiplicam as partilhas e os conflitos no campo da comunicação escrita⁶⁴⁴. O simples inventário dos seus principais temas

⁶⁴² Para uma consideração aprofundada do alargamento seiscentista da *Respublica literarum*, cf. Marc Fumaroli, *La diplomatie de l'esprit de Montaigne à La Fontaine*, Paris, Hermann, 1998.

⁶⁴³ Angel Gonzalez Palencia, *Entre dos siglos*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1943; Diogo Ramada Curto, «The stranger within at the time of Quixote», in *The strangers within: orthodoxy, dissent and the ambiguities of faith in the Portuguese Renaissance. Conference at the Institute of Romance Studies, University of London 30 June-2 July 1994*, ed. de Abdoolkarim Vakil e Helder Macedo, sep. de *Portuguese Studies*, 11-13, Londres, Modern Humanities Research Association, 1997, pp. 180-197.

⁶⁴⁴ Christian Jouhaud, *Mazarinades: la Fronde des mots*, Paris, Aubier, 1985; Michel de Certeau, «L'expérimentation d'une méthode: las mazarinades de Christian Jouhaud (Note critique)», in *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 41, 3,

e momentos suscita muitas dúvidas no que respeita à classificação a adoptar. No entanto, será possível sugerir uma primeira divisão entre polémicas literárias, religiosas e políticas⁶⁴⁵. No primeiro caso, incluem-se as discussões sobre os modelos retóricos aristotélicos, sobre o conceptismo, sobre a fábula, sobre textos de falsários, e em torno de obras específicas como a *História* do padre Mariana ou a *Monarquia lusitana*⁶⁴⁶. A mais importante polémica religiosa, com fortes implicações sociais, diz respeito à literatura anti-semita⁶⁴⁷. Por último, os principais surtos de panfletos políticos poderão ser definidos em função das acções dos movimentos antonista, da polémica franco-espanhola de 1635, e das revoltas da Catalunha e de Portugal em 1640⁶⁴⁸. Os folhetos da Restauração (c. 400-600)

Maio-Junho de 1986, pp. 507-512; Christopher Hill, *Liberty against the Law: some seventeenth century controversies*, Londres, Allen Lane, The Penguin Press, 1996.

⁶⁴⁵ O tema dos surtos panfletários corresponde ao dos usos mais politizados da imprensa, sendo que as práticas de conhecimento científico constituem outro dos temas com fortes implicações ao nível da imprensa, nomeadamente no que respeita às formas de acreditação pública da própria ciência; cf. a este respeito Adrian Johns, *The nature of the book: print and knowledge in the making*, Chicago, The University of Chicago Press, 1998.

⁶⁴⁶ Joaquim de Entrambasaguas, *Lope de Vega y los preceptistas aristotélicos* (1.^a ed., Madrid, 1932), in *idem, Estudios sobre Lope de Vega*, ts. 1-11, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946-1947; Antonio Vilanova, «Preceptistas de los siglos XVI y XVII», in *Historia de las literaturas hispanicas*, vol. III, Barcelona, 1953, pp. 567-592; Julio Caro Baroja, *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1991, pp. 95-99.

⁶⁴⁷ A este quadro polémico pertence o manuscrito de Francisco de Quevedo, *Execración contra los judfos*, ed. de Fernando Cabo Aseguinolaza e Santiago Fernández Mosquera, Barcelona, Crítica, 1996. Para a história das formas de propaganda inscritas em lutas religiosas, será necessário começar por um período anterior; cf. R. W. Scribner, *For the sake of simple folk: popular propaganda for the German reformation*, Oxford, Clarendon Press, 1994.

⁶⁴⁸ José María Jover Zamora, *1635. Historia de una polémica y semblanza de una generación*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, 1959; M. Àngels Pérez y Samper, *Catalunya i Portugal el 1640: dos pobles en una cruïlla*, Barcelona, Curial, 1992; *Escrits polítics del segle XVII*, t. I — Francesc Martí Viladamar, *Notícia universal de Catalunya*, ed. de Xavier Torres; t. I — Gaspar Sala, *Secrets Públics i altres textos*, ed. de Eva Serra, Barcelona, Institut Universitari d'Història Jaume Vicens Vives, Eumo Editorial, 1995. Será também necessário tomar em consideração de que modo as mesmas engrenagens polémicas se organizam em função de alguns escritores; cf. Juan Adam de la Parra, *Conspiración herético-cristianísima*, trad. de Angeles Roda Aguirre, prólogo de Joaquín de Entrambasaguas, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1943; Juan Caramuel de Lobkowitz, *Las epístolas preliminares*, in Héctor Hernández Nieto, *Ideas literarias de Caramuel*, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, 1992; Gregorio Bartolomé, *Jaque Mate al obispo virrey: siglo y medio de sátiras y libelos contra don Juan de Palafox y Mendoza*, México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

inserir-se num contexto europeu mais largo, necessitando por isso de ser comparados às 5000 «mazarinades», aos cerca de 20 000 panfletos suscitados pela revolução inglesa, bem como aos folhetos das revoltas da Catalunha e de Nápoles⁶⁴⁹. Que esta politização da comunicação impressa, sob a forma do panfleto e do folheto impresso (mas também da cópia manuscrita), traduz um indiscutível alargamento da esfera da opinião pública parece ser uma ideia difícil de contestar. No entanto, será também necessário reconhecer que é precisamente no mesmo plano de politização da tipografia que a monarquia e a Igreja procuram prolongar os efeitos das formas mais tradicionais de fazer política, através da celebração de ritos, cerimónias e do patrocínio de eventos e instituições cortesãs. São disso exemplo as exéquias de Filipe II, os casamentos régios de 1615, a entrada em Lisboa de Filipe III em 1619, e muitos dos impressos relativos às cerimónias da monarquia e da corte publicados após 1640. Por sua vez, as instituições eclesiásticas, nomeadamente o Santo Ofício, investem fortemente na publicação de sermões, os quais mantêm pelo menos inicialmente uma forte relação com a celebração de ritos festivos e de missas, ou mais especificamente com a celebração de cerimónias como os autos-de-fé. Assim, entre o folheto impresso e a cerimónia pública do Estado e da Igreja existe uma estreita relação que, sem ser um dado novo, se intensifica na primeira metade de Seiscentos.

Outra questão que se coloca é a de saber se, a partir da mesma classificação de panfletos — literários, religiosos ou políticos —, existem relações de contaminação entre eles, com efeitos na própria organização da escrita. A diabolização do inimigo ou a sua folclorização, feita através da sua identificação com elementos do povo ou conseguida com base no recurso a uma linguagem do baixo-ventre, surgem como aspectos que cruzam diversos tipos de impressos. Mas é difícil estabelecer o sentido das influências e muito menos umnexo causal entre os discursos associados aos mesmos tipos de panfletos. Por isso, será necessário reconhecer que a hipótese de uma politização da tipografia, conseguida através dos

⁶⁴⁹ Maria da Graça Pericão de Faria, *Restauração. Catálogo da colecção visconde da Trindade*, pref. de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979; Denis Richet, *De la réforme à la révolution. Etudes sur la France moderne*, pref. de Pierre Goubert, Paris, Aubier, 1991, p. 454; Nigel Smith, *Literature and revolution in England, 1640-1660*, New Haven, Yale University Press, 1994.

referidos surtos panfletários, deverá ser testada em confronto com pelo menos duas outras operações de contaminação: por um lado, a que denominaremos como sendo de estetização literária dos discursos político, por via do recurso à metáfora e a outras convenções retóricas; por outro, a de um reforço de uma linguagem mística, fundada tanto na imagem do corpo de Cristo, como na crença de que a salvação depende do reconhecimento da relação entre os pecados dos homens e o castigo de Deus. Uma última palavra acerca dos mesmos ciclos panfletários diz respeito à sua periodização. No caso português, a centralidade assumida pelo período da Restauração não deverá ofuscar a existência de uma história de longa duração iniciada, talvez, com a sucessão dinástica que levou Filipe II ao trono português e que se prolonga até às Invasões Napoleónicas, Triénio Liberal e lutas entre Liberais e Miguelistas. A constatação do carácter descontínuo e intermitente dos mesmos surtos é acompanhada de algumas linhas de força. Por exemplo, a referida relação entre panfletos e cerimónias da monarquia ou da Igreja parece ser mais intensa na segunda metade do século XVII, revelando particular vitalidade ao longo do século XVIII (a morte de D. João V, a inauguração da estátua de D. José, a morte do príncipe herdeiro D. José); é, aliás, neste mesmo contexto que emergem diversas formas de uma literatura cortesã e que é criada a Academia Real de História sob o patrocínio régio⁶⁵⁰. Facto que só por si põe em causa muitas das interpretações teleológicas que tendem a conceber o alargamento da esfera da opinião pública — representado pela comunicação impressa, emergência do jornalismo e participação no processo político — como uma progressão linear. Porventura mais importante é o facto de a linguagem da sátira e do burlesco se encontrar, na primeira metade do século XVII, circunscrita, com pequenas excepções, à comunicação manuscrita, passando no século XVIII — com particular intensidade do final da

⁶⁵⁰ Para um contexto comparativo nas últimas décadas do século XVII, cf. Gerald MacLean (ed.), *Culture and society in the Stuart Restoration: literature, drama, history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995. No entanto, mesmo no caso inglês, será de considerar o processo anterior de formação de uma cultura cortesã com largas implicações na criação literária e nos usos da imprensa; cf. Kevin Sharpe, *Criticism and compliment: the politics of literature in the England of Charles I*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987; R. Malcolm Smuts, *Court culture and the origins of a royalist tradition in early Stuart England*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1987; David Howarth, *Images of rule: art and politics in the English Renaissance, 1485-1649*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1997.

década de 1720 a inícios dos anos 50 do mesmo século — a circular em folhetos impressos⁶⁵¹. Em finais do século xvii, a circulação manuscrita das poesias de Gregório de Matos ilustra bem este processo⁶⁵². Mas também, aqui, será de perguntar se este processo de entrada do discurso satírico no circuito do panfleto impresso não revelará uma espécie de gosto mais generalizado por uma das mais tradicionais linguagens de contestação política.

Porventura mais contínua e, por isso mesmo, mais difícil de periodizar foi a preocupação de associar, a cada terra, região ou província religiosa, os que se distinguiram pelas letras, deixando obras tanto manuscritas, como impressas. Claro que, se no século xvii a referência aos escritores surge mais frequentemente misturada nas listas de outros notáveis — santos, genealogias de fidalgos e heróis célebres por feitos militares —, no século xviii assiste-se a uma autonomização de esferas, consolidando-se nas terras e províncias o domínio legítimo do literário. Em 1724, o padre António Machado de Vilas-Boas, ao escrever o *Cathalogo dos varoens illustres en santidade, letras e armas* de Viana do Castelo, dedica um capítulo às «pessoas insignes em letras que há lembrança

⁶⁵¹ Neste quadro, situam-se as obras de frei Lucas de Santa Catarina e de Diego Torres Villarroel. Este último, que desconcerta qualquer leitor, nasceu em Tormes em 1696 e pelo menos por duas vezes passou por Portugal. O facto de, entre 1730 e 1734, ter permanecido por estas paragens, onde fez imprimir algumas das suas obras, não será com certeza alheio ao florescimento por estes mesmos anos de uma literatura jocosa e burlesca. Mas os limites entre a ciência oficial e o burlesco são ténues. A prová-lo encontra-se o facto de Torres Villarroel ter sido catedrático de matemáticas em Salamanca, desde 1726 a 1751. Acrescente-se que as suas obras denotam a mesma preocupação pela decadência de Espanha, também manifestada por Feijóo, Islas e outros reformistas. A linguagem mascarada da sátira, do riso e do burlesco seria — como sugere Mercadier — a do iluminismo possível. Cf. Diego de Torres Villarroel, *Visiones y visitas con Don Francisco de Quevedo*, ed. de Russell P. Sebold, Madrid, Espasa Calpe, 1966; *idem*, *Barca de Aquevonte y otros escritos*, Madrid, Espasa Calpe, 1968; José Francisco de Isla, *Fray Gerundio de Campazais*, ed. de Russell P. Sebold, 3.^a ed., 2 vols., Madrid, Espasa Calpe, 1992; Guy Mercadier, *Diego de Torres y Villarroel. Masques et miroirs*, Lille, Université de Lille; Paris, Librairie Honoré et Champion, 1976; Iris M. Zavala, *Clandestinidad y libertinaje erudito en los albores del siglo xviii*, Barcelona, Ariel, 1978. Para a formação de um padrão comparativo, na mesma época, mas num contexto diferente, cf. Joseph Levine, *Dr. Woodward's shield: history, science, and satire in Augustan Age*, 2.^a ed., Ithaca, Cornell University Press, 1991; *idem*, *The battle of the books: history and literature in the Augustan Age*, Ithaca, Cornell University Press, 1991.

⁶⁵² João Adolfo Hansen, *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século xvii*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Lúcia Helena Costigan, *A sátira e o intelectual crioulo na colônia: Gregório de Matos y Juan del Valle y Caviedes*, Lima, Pittsburgh, Latinoamericana Editores, 1991.

que foram naturais desta vila e escreveram algumas obras»⁶⁵³. Esta tentativa, longe de constituir um caso isolado, integra-se no amplo movimento de recolha e divulgação biobibliográfica em curso, desde a publicação do *Vocabulario portuguez e latino* do padre Rafael Bluteau, cujo primeiro volume apresenta um «Catálogo dos autores portugueses citados pela maior parte nesta obra» (Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712) e, sobretudo, desde o início dos trabalhos da Academia Real de História, criada em 1719-1720. Esta última instituição de patrocínio régio, com largas implicações na difusão de um modelo de sociabilidade académica em várias terras, suscitou ensaios de elaboração de listagens de escritores e bibliografias nacionais por parte de D. Francisco de Almeida⁶⁵⁴, de Diogo Barbosa de Machado⁶⁵⁵, e do padre João Baptista de Castro⁶⁵⁶. Paralelamente, empreenderam-se trabalhos de inventariação das grandes bibliotecas, a que não são alheios os planos para organização de uma *Bibliotheca selecta* de D. Manuel Caetano de Sousa⁶⁵⁷.

⁶⁵³ António Machado Vilas-Boas, *Cathalogo dos varoens illustres en santid., letras e armas da mui notavel villa de Vianna do Lima*, ed. de Manuel Artur Norton, Braga, Instituto Cultural Galaico-Minhoto, 1984, pp. 171-179; Mário Alberto Nunes da Costa, «A 'Breve recopilación... da fundação antiguidades e excelências... de Estremós' [de Manuel de Sande de Vasconcelos]», in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. xvii, 1994, pp. 101-164, *maxime* pp. 147-148: «Dos varões illustres em letras».

⁶⁵⁴ BNL, cód. 908-913. De notar, as tentativas de D. Francisco de Almeida destinadas a estabelecer uma bibliografia de autores brasileiros (as quais se encontram por estudar).

⁶⁵⁵ Diogo Barbosa de Machado, *Bibliotheca lusitana*, 4 vols., Lisboa (várias oficinas), 1741-1759.

⁶⁵⁶ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, 5 vols., Lisboa, Miguel Manescal da Costa e Francisco Luís Ameno, 1745-1758; 3.^a ed., revista e acrescentada por Manuel Bernardes Branco, t. ii, parte iv, caps. i-ii, pp. 159-223. Cf. António Carvalho da Costa, *Compendio geographico distribuido em tres tratados... o terceiro da descripçam geographica das terras, com varias proposições pertencentes a esta materia*, Lisboa, 1686; *idem*, *Corografia portugueza e descripçam topographica do famoso reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1706-1712. Cf., ainda, Luís Cardoso, Paulo Dias de Niza, Luís Caetano de Lima, Agostinho Rebelo da Costa, Jacinto Leitão Manso de Lima e Alão de Morais (juízo sobre o último em Camilo, *A doida do Candal*). No caso das crónicas monásticas, cf., a título de exemplo, de Pedro Monteiro, *Claustro dominicano*, Lanço terceiro: *Contem os lentes desta ordem, que lerão na Universidade de Coimbra, alguns religiosos della que sendo portugueses tambem foram lentes publicos das Universidades de outros reinos. Os que tomarão grão de mestres em artes, bacharéis, presentados, doutores e mestres em theologia*, Lisboa, 1729-1734, o lanço segundo nunca se publicou.

⁶⁵⁷ BNL, cód. 621. Será de reparar que D. Manuel Caetano de Sousa pertence ao elenco de autores posto em relação com a corrente de pensamento crítico

À escala da Península Ibérica, será também possível reconstituir a inscrição regional em que se inserem as sociabilidades intelectuais. Conhecidos são os conflitos entre Muñoz contra Campomanes ou os irmãos Mohedanos, a ponto de estes últimos serem identificados como um clã andaluz, em luta contra o clã valenciano de Muñoz⁶⁵⁸. Mas também será de reparar nos processos paralelos ou nas influências que à mesma escala se sucedem. A este respeito, o *Diccionario de la lengua castellana*, 6 volumes (Madrid, Francisco del Hierro, 1726, outros volumes impressos por diversas tipografias, até 1739), mais conhecido como sendo da Academia Española, instituição criada em 1713, terá de ser relacionado com o *Vocabulario* de Bluteau, a criação da Academia Real de História, e as polémicas sobre a língua e as novas formas críticas de pensamento em torno da obra de Verney. De facto, o padre Cassani apresenta no prólogo do *Diccionario* uma história da Academia (pp. IX-XLI) e três discursos sobre a língua (XLII-LXXXVII). As reacções a este trabalho de normatização da língua não se fizeram esperar: Feijóo, Mayans y Siscar, Fernández Moratín, Luis de Salazar y Castro ou Juan Pablo Forner são alguns dos nomes que participam da polémica, a qual também comprometia a legitimidade da Academia⁶⁵⁹. Acrescentem-se a estes paralelismos peninsulares, a apologia de Cenáculo de Raimundo Lúlio, publicada em 1751, e também inserida na polémica em torno da obra de Verney. Pois já Feijóo tinha criticado a *Ars luliana*. Assim, Cenáculo, que veio a opor-se aos jesuítas, encontrava-se ainda debaixo da sua influência ao escrever tal apologia⁶⁶⁰.

pensinsular, cf. José Perez, «Aprobacion», in Benito Geronimo Feijóo, *Theatro critico universal*, 2.ª ed., t. vi, Madrid, Herederos de Francisco del Hierro, 1738. Acerca da estima que goza em Portugal Feijóo, refere D. Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos, *El Alphonso*, que põe a par os seus inimigos dos do padre Feijóo; também citado nas *Cuevas de Salamanca*, p. 62; e D. Manuel Caetano de Sousa, *Expeditio hispanica apostoli Sancti Jacobi Majoris*, 1732, pp. 1306: «Las dos voces de estos Autores son las de todo Portugal; lo que nos confirma otro Ingenio Lusitano el señor D. José Suarez de Silva, academico del numero de la Real Academia de Historia Portuguesa, en carta de 27 de Marzo de el presente año, escrita de Lisboa al Autor [...] Toda la carta, que es larga, y está escrita en elegantissimo Castellano, abunda en semejantes expresiones».

⁶⁵⁸ Léon Bourdon, «Relations 'littéraires' portugaises de Juan Bautista Muñoz (1784-1799)», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, 1974, pp. 455 e 457.

⁶⁵⁹ Antonio Papell, «Las instituciones literarias del siglo XVIII», in *Historia general de las literaturas hispánicas*, dir. de Guillermo Díaz-Plaja, vol. IV — *Siglos XVIII y XIX*, 1, Barcelona, Editorial Barna, 1956, pp. XI-XII.

⁶⁶⁰ Marie-Hélène Piwnick, *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1987, p. 111.

Igualmente, atente-se no facto de muitas destas sociabilidades intelectuais pensinsulares terem proporcionado as bases para uma reacção crítica frente à atracção exercida pela França na primeira metade do século XVIII. Por exemplo, José Gerardo de Hervás, com o pseudónimo de Jorge Pitillas, publicou a sua *Sátira primera contra los malos escritores de este siglo*, na segunda edição do t. VII do *Diario de los literatos de España* (1742). Hervás, de quem pouco se sabe, comungava do mesmo espírito crítico de Feijóo. A sua sátira incide sobre a suposta figura de um «literato afrancesado, anti-aristotélico, filosofante, deslumbrado por lo nuevo, curioso de extrañas y lejanas noticias, que gusta salpicar pedantemente su habla com vocabulos ultramontanos»⁶⁶¹.

Importante será também recordar alguns traços do trabalho das academias no Brasil⁶⁶². Tal como acontece com as academias de província em relação às das capitais europeias, costuma falar-se de uma dominação das colónias ultramarinas por parte das instituições metropolitanas. Neste sentido, a corte, a Academia Real de História e, mais tarde, a Academia das Ciências teriam atraído os sábios do Brasil e bloqueado a formação de associações intelectuais na colónia, a ponto de a cultura colonial se definir por uma ausência, produto de uma maquinação por parte das instituições residentes em Lisboa, alheia à vontade dos agentes envolvidos. No entanto, o modo como os homens das artes e das letras pensavam a sua relação com as instituições académicas locais e da metrópole aponta num sentido bem diverso. Na primeira metade do século, Rocha Pita ou o padre Soares da Franca com a sua dupla filiação na Academia de História e na dos Esquecidos, para além da sua colaboração anterior em vários certames poéticos da Baía, exemplificam bem que para os naturais do Brasil não se tratava de sofrer uma dominação, mas de participar num movimento cultural que por essência transcendia as realidades locais. A este propósito, seria importante perceber melhor o modo como interagiam membros de uma elite com diferentes origens. Até que ponto as observações de desprezo para com o Brasil de alguns vice-reis e governadores, e de melancolia relativamente a Portugal, poderiam ser aceites ou mesmo partilhadas

⁶⁶¹ Fernando Lázaro, «La poesía lírica en España durante el siglo XVIII», in *Historia general de las literaturas hispánicas*, dir. de Guillermo Díaz-Plaja, vol. IV — *Siglos XVIII y XIX*, 1, Barcelona, Editorial Barna, 1956, p. 43.

⁶⁶² Diogo R. Curto, «As práticas de escrita», in *História da expansão portuguesa*, ed. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. 3 — *O Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 421-462.

pelas elites naturais do Brasil. Na correspondência do marquês do Lavradio, por exemplo, encontram-se expressões fortíssimas deste desprezo⁶⁶³. E, no terceiro quartel de Setecentos, parece evidente o entusiasmo com que os correspondentes no Brasil da Academia das Ciências de Lisboa participavam nos seus trabalhos e exibiam os seus símbolos ou diplomas, mostrando o mesmo desejo de colaboração em instituições culturais que transcendiam os círculos locais, apesar de se notar uma vontade de adaptar ou fazer valer localmente os títulos conferidos por Lisboa. Aspecto que era, aliás, comum nas províncias relativamente à capital.

Problemática se afigura também a ideia de definição do sentido do processo das formas de sociabilidade intelectual de Setecentos, como se se tratasse de um movimento indo, por um lado, do interesse pelo passado às matérias científicas, da história ou da literatura à ciência, e, por outro lado, das manifestações simbólicas e cerimoniais, que configuram uma esfera pública de representação, a um espaço cada vez mais alargado de formação de uma opinião pública, cuja modernidade se poderia aferir pelo lugar cada vez maior ocupado pelas matérias científicas. A força explicativa destes processos necessita de ser matizada de dois modos diferentes. Antes de mais, porque será melhor pensar num reordenamento das classificações e das hierarquias dos saberes ao longo de Setecentos, em que se assiste à autonomização de esferas disciplinares tais como a da economia política. Depois, porque, se as cerimónias e academias constituem manifestações de aparato simbólico e ritual, o mesmo pode ser dito acerca: do entusiasmo com que os correspondentes da Academia das Ciências se referem ao envio para Lisboa de pedras «brasílicas» com as armas daquela instituição; da sua intenção de fazerem «pública a honra que da sociedade recebem», nas palavras escritas no Brasil por Ribeiro de Sampaio; e do modo como Inácio Alvarenga se refere ao diploma da sua nomeação para a Academia. Tudo isto devido às sociabilidades intelectuais mais institucionalizadas tenderem sempre a reforçar sentimentos de pertença e de exclusão, bem como a impor a importância dos símbolos e das manifestações cerimoniais, subalternizando muitas vezes a produção e divulgação de novos conhecimentos.

Esta interrogação sobre as manifestações cerimoniais e académicas do Brasil setecentista, interessada em isolar os momentos

⁶⁶³ Marquês do Lavradio, *Cartas da Bahia, 1768-1769*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1972.

em que as práticas de escrita se cruzam com os espaços públicos, deverá ser completada por três outros problemas. O primeiro diz respeito à natureza das manifestações académicas, reconhecendo que estas configuram e participam de novos espaços públicos, em comparação com outras instituições que se fazem representar em cerimónias. Os estudos que se encontram disponíveis sobre as confrarias de homens pretos sugerem que, apesar da sua precariedade financeira, elas desempenhavam uma função de integração para escravos e libertos em terras brasileiras, permitindo-lhes participar em festas cívicas e religiosas e prolongar tradições africanas de dança e de música⁶⁶⁴. O *Triunfo eucharístico* (Lisboa, Oficina de Música, 1734), livro impresso por mandado dos Irmãos Pretos de Nossa Senhora do Rosário de Vila Rica (Minas Gerais), pode ser apresentado como exemplo da vitalidade cultural de confrarias do mesmo género⁶⁶⁵. Contudo, as festas e sobretudo a trasladação de símbolos religiosos, que o mesmo livro descreve, visam sobretudo representar uma ordem social, uma comunidade mística, concebida como sendo «exemplar da Christandade Lusitana», nas palavras que constam do rosto da obra. Jaime Cortesão ia mais longe e considerava que esta procissão de Vila Rica se baseara numa anterior que tivera lugar em Braga⁶⁶⁶. Um dos objectivos era festejar Vila Rica, enriquecida desde o princípio do século com as minas de ouro e, depois de 1730, com os diamantes. Segundo o seu autor, Simão Ferreira Machado, ela era habitada pelos «homens de maior tráfico», «os homens de maiores letras, seculares e eclesiásticos»,

⁶⁶⁴ Patricia Mulvey, «Black brothers and sisters: membership in the Black Lay Brotherhoods of colonial Brazil», in *Luso-Brazilian Review*, vol. 17, 1980, pp. 253-279; John Russell-Wood, *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil*, Londres, Macmillan Press, 1982, pp. 128-160; Donald Ramos, «Community, control and acculturation: a case study of acculturation in eighteenth century Brazil», in *Americas*, vol. 42, 1986.

⁶⁶⁵ André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1.ª ed., Lisboa, Oficina Deslandesiana, 1711), ed. de Andrée Mansuy, Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968, p. 132; Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, t. x, Lisboa, António Pedroso Galvão, 1722, pp. 240-241; Apolinário da Conceição, *Flor peregrina por preta, ou nova maravilha da Graça*, Lisboa, Oficina Pinheiriense da Música, 1744, p. 268; John Russell-Wood, *The black man in slavery and freedom in colonial Brazil*, Londres, Macmillan, 1982, p. 142; Kenneth Maxwell, «Condicionalismos da independência do Brasil», in *Nova história da expansão portuguesa*, ed. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VIII — *O império luso-brasileiro 1750-1822*, coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Estampa, 1986, p. 351.

⁶⁶⁶ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 105.

bem como «a nobreza e força da milícia». A procissão definia uma hierarquia social composta por diversos corpos, com destaque para as irmandades, incluindo nelas a de Nossa Senhora do Rosário; mas no couce da procissão, depois do Santíssimo Sacramento, isto é, no lugar de maior destaque, «vinha o Conde das Galveias, governador destas Minas, com toda a *Nobreza militar, e literária da Vila*, e de outras partes, e o Nobre senado da Câmara, seguia-se a companhia de Dragões, governada pelo seu tenente»⁶⁶⁷. Insista-se na noção de uma «nobreza literária», que constitui atributo de um sistema central de valores, promovido pelo governador apoiado nas forças militares, pois é neste quadro que se pode compreender a natureza das academias.

Um outro problema pode ser formulado nos seguintes termos: se existe um défice de instituições ou de instrumentos culturais no Brasil setecentista, nomeadamente em comparação com o que se passa na América espanhola, e se a responsabilidade dessa ausência deve ser atribuída aos centros de decisão política, localizados em Lisboa e protagonizados pelos seus representantes, quais as respostas encontradas pela sociedade colonial tendo em vista suprir esse mesmo défice e satisfazer determinadas funções? Uma das respostas a esta pergunta foi dada muito recentemente por Luís Villalta: na ausência de uma política cultural que promovesse o ensino, criando por exemplo universidades, e autorizasse a instalação de tipografias, os círculos privados, situados ao nível da casa e da vida doméstica, desenvolveram formas próprias de educação, que habilitaram muitos jovens oriundos de uma elite a frequentar a Universidade de Coimbra, e revelaram-se profícuos na organização de bibliotecas⁶⁶⁸. Existem, contudo, outras respostas que podem ser dadas. Uma delas diz respeito à existência de um mercado internacional de livros, que tinha no Brasil, nomeadamente em Minas Gerais, um volume de negócios considerável, o qual não pode ser reduzido a lógicas de consumo privado, por mais importantes que estas fossem⁶⁶⁹. Será, no entanto, necessário explorar as opiniões

⁶⁶⁷ Simão Ferreira Machado, *Triunfo eucarístico*, Lisboa, Oficina de Música, 1734, pp. 24-25 e 110 (itálico nosso).

⁶⁶⁸ Luís Villalta, «O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura», in *História da vida privada no Brasil*, ed. de Fernando Novais, vol. 1 — *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, org. de Laura de Mello e Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385.

⁶⁶⁹ IAN/TT, *Registos notariais*, Cartório 1 (actual 2), cx. 131, liv.º 618, fls. 44-44v. (18 de Dezembro de 1782); Maria Clara Rey, viúva de Bertrand, dá poder a

de um viajante britânico de finais do século XVIII, quando considerava estar o Rio de Janeiro bem provido de gravuras inglesas, com temas sérios e caricaturas, mas o facto de existirem aí apenas dois livreiros, comerciando sobretudo em livros de medicina e religião, mantinha os homens fora da corrupção do livre-pensamento⁶⁷⁰.

Outra das respostas tem que ver com a própria configuração de espaços públicos, nos seus cruzamentos com uma cultura escrita e formas próprias de sociabilidade, das cerimónias da monarquia às procissões, das representações teatrais ou dos sermões às academias literárias e científicas. Neste sentido, a cultura da elite do Brasil colonial reproduzia um sistema central de valores posto em prática em Portugal e de uma forma geral na Europa das Luzes. Pronunciando-se também sobre «o que se deu com as culturas europeias transportadas ao Novo Mundo», Sérgio Buarque de Holanda escreveu que «nem o contacto e a mistura com as raças aborígenes fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como gostaríamos de sê-lo»⁶⁷¹. E o grande historiador da literatura brasileira, António Candido, sublinhou que as academias literárias no Brasil representavam: «um reforço da imposição da cultura erudita, de tipo europeu, em detrimento das manifestações de cunho popular, que assumiam relevo ameaçador em certos casos»⁶⁷². Mas, como em todas as tentativas de difusão de modelos culturais, é difícil de avaliar a dimensão dos desvios e o grau de acomodação local desses mesmos valores e práticas culturais. A comparação com a América espanhola, onde é maior o número de instituições políticas e culturais, sugere que todo e qualquer esforço de concretização de uma política cultural era acompanhado de medidas centralizadoras, onde se reduzia o espaço para a diversidade local. Mesmo que seja difícil, senão mesmo impossível, determinar essa

José de Almeida Pessanha e José Pedro de Andrade para em seu nome cobrarem tudo quanto o padre Alexandre José da Silva e Sousa, do Sabará, lhe devia, «tudo produto de livros que [...] comprou na sua loja; e de tudo o que cobrarem pasarrão recibos e quitações». Referência facultada pelas investigadoras Paula Gonçalves e Dulce Figueiredo.

⁶⁷⁰ George Staunton, *An authentic account of an embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, vol. 1, Londres, W. Bulmer, 1797, pp. 157 e 160.

⁶⁷¹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olimpo, 1936, p. 15.

⁶⁷² António Candido, *Formação da literatura brasileira*, vol. 1 — (1750-1836), São Paulo, Livraria Martins Editora, 1959, p. 71.

mesma diversidade ao nível do Brasil — onde as mesmas manifestações académicas não conduziam aos mesmos resultados em Pernambuco, na Baía, em Minas, no Rio ou em São Paulo —, será possível pensar nas capacidades de invenção registadas em cada uma dessas localidades. Fica, por isso, a hipótese que, longe do rei e das instituições que o rodeavam, vice-reis, governadores e uma nobreza literária poderiam mais facilmente inventar e acomodar modelos culturais a usos locais.

Uma última questão consiste em saber quais os limites de uma reflexão sobre o espaço público baseada no estudo de algumas cerimónias religiosas, cívicas ou em louvor da monarquia, bem como de diversos tipos de academias. Ora, os limites resultam de um propósito definido à partida, a saber, o de se pretender aqui analisar os cruzamentos entre uma cultura escrita e os espaços públicos assim definidos. Não pretendemos aqui reconstituir o labor intelectual e a curiosidade científica no Brasil, ao nível do espaço privado da biblioteca, que um viajante inglês de inícios do século XIX considerava muito pouco representativo, com uma única quase caricatural biblioteca de um padre da Baía, leitor de Adam Smith e dedicado às descobertas botânicas segundo o sistema de Lineu⁶⁷³. Contudo, será necessário reconhecer que nem todos esses espaços públicos se cruzam com registos escritos. Os sermões, por exemplo, constituem um indicador de comunicação oral e de formação de auditórios públicos. Claro que a possibilidade de os conhecer está determinada pelo momento em que são registados pela escrita e divulgados pela imprensa, o que acontece sobretudo quando se encontram associados às referidas cerimónias públicas. São, aliás, vários os casos de sermões pregados no Brasil, impressos em Lisboa, ao longo do século XVIII. Alguns exemplos de obras de parentética relacionadas com o Brasil são: os sermões pregados na Baía pelo padre Jorge Benci, S. J., e impressos em Lisboa em 1699, 1701 e 1702; a *Oração* recitada na Misericórdia da Baía pelo jesuíta Francisco de Almeida em 1742, na presença do conde das Galveias, cujo tema era criticar a figura do pretendente lisonjeiro⁶⁷⁴; o sermão que o padre João Honorato, S. J., pregou na Baía, na

⁶⁷³ Thomas Lindley, *Narrative of a voyage to Brasil*, Londres, J. Johnson, 1805, pp. 66-68.

⁶⁷⁴ Francisco de Almeida, S. J., *Oração ethica, e politica da terceira quarta feira da Quaresma*, Lisboa, António Pedroso Galvão, 1743.

ocasião da morte do arcebispo D. Luís Álvares de Figueiredo⁶⁷⁵; as compilações de oratória sacra proferidas em Pernambuco por frei António de Santa Maria Jaboatão, com destaque para os sermões que celebravam a monarquia⁶⁷⁶. Mas será que uma suposta laicização da cultura do Brasil, representada na segunda metade do século XVIII pelo surgimento de diversas academias, interessadas no estudo da natureza e em matérias científicas, corresponde a um desinvestimento nas formas de divulgação de uma cultura religiosa, que tem nos sermões impressos um dos seus indicadores? A verificação desta hipótese implica também uma reavaliação do que entendemos por cultura religiosa. A este respeito, António Candido escreveu: «o ambiente para as produções literárias nos meados do século XVIII era, no Brasil, o mais pobre e menos estimulante que se pode imaginar, permanecendo em consequência a literatura um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes»⁶⁷⁷. Contudo, será necessário reconhecer que esta vida religiosa, longe de poder ser considerada como produto de mensagens impostas pelas classes dirigentes, era resultado de uma série de negociações, de formas difusas de invenção de novos significados e de demonstrações públicas. Aliás, será possível ilustrar estas outras formas de organização dos espaços públicos — nos seus cruzamentos com uma cultura escrita, mas sobretudo oral e gestual — mais próximas: das conversas e murmúrios praticados nos alpendres das igrejas, de que fala Nuno Marques Pereira; das referidas festas e procissões organizadas pelas confrarias de Nossa Senhora do Rosário; ou dos calundus tão divulgados no Brasil⁶⁷⁸.

Se, no caso do português, é prática habitual da historiografia atribuir à expulsão dos jesuítas (1759), à reforma da Universidade de Coimbra (1772), e à fundação da Academia Real das Ciências (1779) a entrada numa nova era de estudos e de ensino, será

⁶⁷⁵ João Honorato, S. J., *Oração funebre nas exequias do illustrissimo e reverendissimo D. Luiz Alvares de Figueiredo*, Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1737 (este impressor instalou-se depois na Baía).

⁶⁷⁶ António de Santa Maria Jaboatão, *Josefina regio-equivoco-panegyrica*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1753; *idem, Jaboatão mystico*, Lisboa, António Vicente da Silva, 1758, compilação que inclui os sermões pregados em Pernambuco pelas exéquias de D. João V e pela aclamação de D. José.

⁶⁷⁷ António Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., vol. I, p. 69.

⁶⁷⁸ Nuno Marques Pereira, *Compêndio narrativo do peregrino da América*, ed. de Varnhagen, Leite de Vasconcelos, A. Peixoto, R. Garcia e Pedro Calmon, vol. II, Rio de Janeiro, Academia Brasileira, 1939, caps. XI e XXVI.

igualmente necessário reconhecer o pouco que se sabe acerca dos hábitos mais enraizados de consumo de livros, de formação de bibliotecas e das condições de sociabilidade intelectual. Na contracorrente do que parecia ser, na época, a interpretação mais generalizada das Luzes, frei Manuel do Cenáculo publica os *Cuidados literarios* (Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1791). Trata-se de uma obra que deve ser vista, antes de mais, como um longo ataque público ao aparente espírito de ruptura reivindicado pela Academia das Ciências de Lisboa. A circulação de algumas sátiras manuscritas, porventura também suscitadas pelo bispo de Beja, fazia parte da mesma operação. Mas não se julgue que este ataque era feito em nome de uma qualquer defesa das trevas. Por diversas vezes, Cenáculo reivindica para si a imagem das Luzes, indissociáveis no seu entender da esfera religiosa e do «estudo pertinaz por excelentes livros»⁶⁷⁹. Na sequência de Muratori, o ilustre antiquário considerava ser igualmente necessário fazer a história das academias, conferências literárias e outros modos de «união de sábios armados contra a ignorância, diligentes e activos em levar pelo mundo luzes», para se buscar, no passado e numa ordem antiga dos saberes, inspiração para as tarefas a realizar⁶⁸⁰. Que se desenganassem os que julgavam ser necessário fazer tábua rasa do passado. A educação, em especial dos novos ordenandos, e também da mocidade em geral, deveria guiar-se pelas boas doutrinas do passado. Os progressos registados eram particularmente visíveis «desde o século passado», e aí estavam a demonstrá-lo «as sociedades literárias, a instrução de bibliotecas, métodos de ensinar e de aprender, fadigas em ordenar espécies várias e infinitas por modo que as façam compreender, memórias de erudições polidas, úteis, curiosas e necessárias»⁶⁸¹. Assim, a doutrina dos «cuidados literarios» não se afastava muito do que vinha a ser praticado por toda a Europa — «erudita»⁶⁸² —, em matéria de reforma do ensino e de novas formas de sociabilidade intelectual. Em suma, Cenáculo — mentor e, por isso mesmo, defensor da política cultural de Pombal — não escondia a desconfiança que sentia relativamente ao modo como operava a Academia das Ciências.

⁶⁷⁹ Manuel do Cenáculo, *Cuidados literarios*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1791, p. 4.

⁶⁸⁰ *Ibid.*, pp. 14 e 17.

⁶⁸¹ *Ibid.*, p. 20.

⁶⁸² *Ibid.*, p. 21.

Ora, esta última instituição começara já a tornar públicos os seus trabalhos. O Abade Correia da Serra iniciara a sua *Colecção de livros inéditos de história portuguesa* (Lisboa, Oficina da Academia, 1790-1824, 5 vols.). Em 1792, saiu o primeiro volume das *Memórias de litteratura portugueza*. Neste caso, começava-se por discutir o entendimento vário do que se designava por literatura portuguesa: «uns julgaram que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida; outros que a Bibliografia nacional; outros que a Poesia; outros por fim vários outros objectos constituíam o que a Academia designava por Literatura Portuguesa». Porém, a necessidade de «dar à Mocidade, que tantas esperanças vai dando, uma definição» do que se entendia por literatura obrigou a fixar um significado, investido de duas dimensões principais: «a Língua, e a História Portuguesa, consideradas em todos os possíveis aspectos, e relações». Ora, entre as *Memórias* que mais directamente se relacionam com o estudo do livro impresso, merecem destaque as de António Ribeiro dos Santos *sobre a origem da typographia em Portugal*, respectivamente nos séculos XV e XVI⁶⁸³. Trata-se do primeiro estudo sistemático sobre o movimento tipográfico em Portugal e no mundo português, já que as cidades do império dotadas de tipografia também são incluídas. Um dos aspectos mais salientes deste estudo diz respeito ao modo como se associa, a cada terra, uma lista bibliográfica dos principais livros nela impressos. Noutros trabalhos, Ribeiro dos Santos desenvolveu outras listagens e classificações bibliográficas, seguindo um critério de organização por temas ou biográfico. O ponto mais alto deste trabalho bibliográfico encontra-se na própria criação do sistema de classificação da Biblioteca Pública de Lisboa, da qual o mesmo era bibliotecário-mor desde 1796. Em paralelo, com este interesse de organização bibliográfica será possível isolar, no interior da vasta obra de António Ribeiro dos Santos, um esforço tendo em vista o estudo da poesia tradicional ou popular portuguesa⁶⁸⁴.

A centralidade atribuída ao movimento académico dos séculos XVII e XVIII, nas suas formas de tomada de consciência dos usos do livro e de emergência de uma tradição bibliográfica portuguesa,

⁶⁸³ *Memorias de litteratura portugueza*, 2.^a ed., Lisboa, Tipografia da Academia, 1856, pp. 1-147.

⁶⁸⁴ BNL, cód. 7700/3 — António Ribeiro dos Santos, *Das origens, e progressos da poezia de Portugal*, cf. capítulo 10 deste livro.

claro que não esgota o elenco de tomadas de posição relativas ao livro em Portugal. Desde a década de 1720, aliás em paralelo com a criação da Academia Real de História, a profissionalização do estatuto dos escritores, por muito ténue que se afigure, começa a criar novos problemas à organização de um mercado centrado nos interesses de impressores e livreiros. A este respeito, o padre Rafael Bluteau, ao mesmo tempo que manifesta as suas preocupações pelo estado dos ignorantes na América e na Europa, denuncia o «miserável estado dos que cultivão as ciências», escrevendo: «os impressores são os Tesoureiros dos homens letrados, com as folhas que dão à luz, colhem os frutos do seu saber, e muitas vezes por falta de compradores, estas riquezas de letras são tesouros de duendes, que em carvão se convertem»⁶⁸⁵. Esta simples constatação sugere a existência de um mercado que se constrói com base na defesa dos interesses dos ofícios mais especializados relativos ao livro, isto é, dos impressores e livreiros. Mas é claro que, neste domínio, são os livreiros de maiores posses, sobretudo de origem estrangeira, que revelam maior dinamismo. Na lista de frei Manuel do Cenáculo, enviada a Juan Bautista Buitrago, logo após o Terramoto, constavam os seguintes nomes: «les (sic) quebrados se van restableciendo, y forneciendo com cuidado, actualmente de los estrangeros venden yá com buen sortimiento: el genovez Gnesso [Gneco?], Dubeux, Bertrand, Bonnardel, Ginoux. Há em Lisboa las siguientes officinas de Impression: Manescal, Miguel Roiz, S. Vicente, Ameno. Y una o otras mas»⁶⁸⁶. São estes os impressores e livreiros que controlam, do ponto de vista da oferta, um mercado que tem sido objecto de valiosos estudos por parte de Manuela Domingos⁶⁸⁷. Através de tais investigações será possível seguir simultaneamente o modo como tais agentes especializados se concentram hierarquicamente no interior de um florescente mercado do livro, e também de que forma este se estrutura em função da defesa de diversos interesses corporativos e de grupo. Apesar de poder ter sido insignificante, o conflito que opôs livreiros portugueses e es-

⁶⁸⁵ Rafael Bluteau, *Prosas portuguesas*, 2.ª parte, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1728, p. 178. Cf. *idem*, 1.ª parte, Lisboa, Oficina de José António da Silva, 1727, pp. 169-170: acerca dos ignorantes na América e na Europa.

⁶⁸⁶ Marie-Hélène Pivnick, *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, *op. cit.*, p. 125.

⁶⁸⁷ Manuela Domingos, *Livreiros de Setecentos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2000.

panhóis é bem revelador das defesas corporativas (e mercantilistas) dos primeiros. É o que se infere de uma carta enviada em 1758 a Mayáns y Sicar por Miguel Lopes Caldeira Artur, erudito jurista, correspondente da Academia de História de Madrid, a qual se insere nas já referidas trocas entre intelectuais à escala da Península Ibérica: «Esta parte do mundo está muito peyor do que Madrid pera curiosidade de livros, e applicação das belas letras. Todo o saber consiste em prezumir. Por esta cuza há aqui poucos livrerros de Espanha e pera mais se sentir esta falta, há añ (sic) alcanarão os livreiros portuguezes hum despacho a que chamamos provizão do Conselho, ou Dezembargo do Paço pera impedirem a venda dos livros aos Espanhois que os trazião»⁶⁸⁸.

Mas para compreender os mecanismos do mercado do livro, na sua configuração própria de uma sociedade de Antigo Regime, será também necessário atender ao impacto causado do lado da procura por sucessivas políticas pedagógicas, missionárias e catequéticas. Os seus efeitos na massificação da leitura encontram-se por analisar, o mesmo acontecendo com as tentativas destinadas a incentivar a divulgação de conhecimentos técnicos, nomeadamente no que respeita a agricultura⁶⁸⁹. Uma das maneiras de pôr em perspectiva o estudo dos mecanismos de procura e as formas de consumo que caracterizam as sucessivas configurações do mercado do livro encontra-se na análise das imagens dos leitores oferecidas pela literatura da época. Por exemplo, a *Histoire de Don Ranucio d'Alétés. Histoire véritable* (Veneza?, Antonio Pasquinetti?, 1752), atribuída a Charles-Gabriel Porée, conta a história de um tal Ranúcio, sétimo filho de um homem que tinha feito fortuna no Brasil e que, regressado a Lisboa, se casara com D. Hortênsia. Ao manifestar vocação para seguir uma carreira eclesiástica, o seu pai enviara-o para casa de um tio, padre cura de província, que vivia entregue aos prazeres terrenos. Um dia, ao sentir que o tio dormia, Ranúcio entrou na sua biblioteca, mas nela encontrou apenas alguns escassos livros. Vejamos como o autor nos dá a entender a ignorância dos clérigos portugueses: «je tombai sur un Livret, qui avoit pour titre: *De arte bibendi* [em nota: *C'est un Poème Latin*,

⁶⁸⁸ Marie-Hélène Pivnick, *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, *op. cit.*, p. 189.

⁶⁸⁹ Maria de Fátima Nunes, *Leitura e agricultura. A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, Évora, Universidade de Évora, 1994, dissertação de doutoramento.

en plusieurs Livres, imité de l'art d'aimer d'Ovide], c'est à dire, *L'art de bien boire*, Poème traduit du Latin en vers Portugais. La matière n'étoit pas assez intéressante, ni assez de mon gout: c'est pourquoi je ne me donnai pas la peine de le prendre. Il me parut cependant, par l'état où il étoit, que d'autres l'avoient bien feuilleté. Je remarquai même des notes écrites de la main de D. Antonio. Cette découverte fut suivie d'une autre plus curieuse. C'étoit un livre à peu près de même volume, qui avoit pour titre: *Pugna porcorum*: [C'est un autre Poème Latin, dont l'auteur ne pouvoit être qu'un Original; il est en vers hexamètres, dont tous les mots commencent par un P. On en peut juger par ce Vers, qui est le premier. Plaudite, Porcelli, Porcorum, Pigra, Propago. Le reste du Poème est dans le même goût]. La conformité du titre de ce Poème, avec le combat dont j'avois été témoin le jour précédant, me le fit mettre de côté. Ce fut là où aboutirent toutes mès découvertes, du moins les plus intéressantes: car ayant continué ma visite, je ne trouvai qu'un vieux Bréviaire dépareillé, sans commencement ni fin, avec un guidâne, qui rétrogradait de douze ans. Ces quatre volumes composoient toute la Bibliothèque de Dom Antonio, qui n'en avoit jamais eu d'autres depuis trente ans qu'il étoit Curé»⁶⁹⁰.

Na mesma localidade de província, Ranúcio visita também a biblioteca de um financeiro ou contratador, e fica impressionado pelo facto de ser composta de 56 000 livros. A história desta visita exemplifica bem o facto da posse dos livros não implicar necessariamente a sua leitura, mas apenas um desejo de ostentação. Senão vejamos: «Est-il possible, dis-je à moi-même, en voyant cette quantité prodigieuse de livres, est-il possible que les gens du monde fassent ainsi la leçon aux Écclesiastiques? Quelle honte pour ces derniers, de voir le goût des livres dans un homme qui n'a jamais eu de Lettres, pendant qu'on trouve à peine un seul volume chez les personnes qui devroient en avoir continuellement dans les mains? Ah, mon Oncle, que je voudrais bien que vous en eussiez autant! Mais qu'en feriez vous après tout, n'ayant pas plus de gout que vous en avez. J'étois dans ces réflexions, lorsque Grapina me demanda ce que je pensois de sa Bibliothèque. Elle est magnifique, lui répondis-je: mais je trouve extraordinaire que vous ayez fait transporter dans un Village un trésor qui seroit d'une grande utilité à Lisbonne. Par-là vous auriez eu l'estime et la compagnie des savans, qui seroient venus puiser dans ce précieux magasin.

⁶⁹⁰ *Idem, op. cit.*, pp. 112-113.

Et c'est précisément, dit-il, la raison qui me l'a fait transporter ici. J'en étois continuellement obsédé à Lisbonne; nuit et jour ils étoient sur mès livres, ce qui les usoit et me déplaisoit beaucoup; car, voyez vous, je ne ressemble pas à cet ignorant, qui ne jugeoit de la bonté d'un Livre que par sa vieillesse. Pour moi j'en juge par la beauté de la relieure; et dès qu'elle n'y est plus, je mets le livre au rebut. Aussi suis-je si délicat sur cet article, que je n'ose pas le lire moi-même, de peur de les gâter. A l'égard de Messieurs les Savans, ils ont assez de secours à Lisbonne, pour se passer de moi. Outre la Bibliothèque du Prince, qui leur est ouverte à certains jours, ils en ont de fort curieuses dans les Convens, où ils peuvent aller travailler»⁶⁹¹. Ranúcio protesta, argumentando quão difícil era trabalhar nas bibliotecas dos conventos. «Fiers de posséder un trésor dont ils ne connoissent point le prix, ils empêchent ceux qui le connoissent, n'ont seulement d'en jouir, mais même il leur en refusent la vüe. Pour moi, repliqua le Financier, je ne donne point dans ces petites; car je me fais un plaisir de montrer les miens à tout le monde. Tenez, voyez, en voilà de toutes les couleurs, et de toutes les façons. Je n'en ai jamais lû aucun: mais les Libraires qui me les ont vendus, m'ont assuré que c'étoit tous Livres choisis [...] je me contentai d'en lire les titres»⁶⁹².

O desenvolvimento de uma tradição bibliográfica portuguesa nos séculos XIX e XX

Ao longo do século XIX, os esforços eruditos tendo em vista a organização de bibliografias sistemáticas surgem a par de um interesse em definir o domínio da literatura popular. Por exemplo, Inocêncio Francisco da Silva, o célebre autor do *Diccionario bibliographico portuguez*, começado a publicar em 1858 pela Imprensa Nacional de Lisboa, promove uma nova edição da *Miscelanea* (2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1867; 1.^a ed., Lisboa, Mateus

⁶⁹¹ Em 1757, Cenáculo elenca as principais bibliotecas portuguesas: Mafra, Oratório, dos jesuítas a São Roque, Convento da Graça, Igrejas de Santo Antão, Nazaré, Arroios, do conde da Ericéira, do marquês de Alegrete, do marquês de Alorna e do seu falecido irmão, D. Francisco de Almeida; cf. Marie-Hélène Piwnick, *Échanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, *op. cit.*, pp. 125-126.

⁶⁹² *Idem, op. cit.*, pp. 121-123.